

# ONTOLOGIA DA FANTASIA FANTÁSTICA\*

André Luiz da Paz e Silva\*\*

Desde as grandes batalhas contra os exércitos de orcs até as jornadas por terras geladas e distantes de reinos perdidos, a fantasia fantástica conquistou o imaginário de gerações. Talvez o desafio de enfrentar criaturas assustadoras como dragões, ou até mesmo os temíveis mortos-vivos, faz com que as personagens desses mundos distantes se tornem muito mais próximas de nós — os que lutam diariamente contra dragões como a vida profissional e acadêmica — do que sugere a distância representada nas escalas cartográficas em seus diversos mapas e códices perdidos. Não obstante, muitas vezes passamos a conhecer e compreender seus mundos melhor do que nosso próprio mundo.

Diferente da fantasia realista, que pode, em linhas gerais, ser definida como qualquer narrativa transmitida através de uma linguagem artística que busque representar a realidade de um modo alegórico, um “faz de conta”, porém utilizando como estrutura cosmológica de seu enredo a mesma na qual o próprio autor está inserido, a fantasia fantástica, por sua vez, possui como elemento essencial o contato direto ou indireto com cosmologias fundamentalmente diferentes da do autor. Isso significa que, por um lado, a fantasia realista tem sua narrativa desenvolvida no nosso universo físico, na nossa galáxia, em nosso planeta, nos diversos continentes e países espalhados ao redor do globo, e etc., operando através do nexos causal característico da nossa natureza, fundamentada no que em linguagem comum costumamos chamar de realidade; ao passo que, por outro lado, a fantasia fantástica apresenta universos completamente distintos, com elementos mágicos e encantados, derivados de cosmologias completamente díspares das propostas interpretativas de surgimento e ordenação do nosso universo, cujo conteúdo é composto fundamentalmente por objetos da imaginação. Na medida em que esta última contrasta com o caráter “real” da fantasia realista, alguns problemas decorrem dessa característica central da fantasia fantástica. Dentre eles, há uma questão em especial que pode nos ajudar a

---

\* Artigo desenvolvido para a edição Nº74, de setembro de 2016, Fantasia Fantástica e Filosofia, da Revista Pandora Brasil.

\*\* Graduando do Curso de Filosofia no Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contato: andredapaz1892@gmail.com.

nortear nossa investigação sobre o que é fantasia fantástica: será que a fantasia fantástica é um escape da realidade?

Para responder a essa questão rigorosamente, precisaríamos, em primeiro lugar, estar de acordo sobre o que é realidade. Em vez de solucionar nosso problema, colocaríamos outro de proporções infinitamente maiores. Parece mais razoável apresentar as características estruturais da fantasia fantástica, por uma perspectiva ontológica, para que nos aproximemos da discussão sobre o que é realidade. Assim, na medida do possível, isso produzirá os elementos fundamentais necessários para podermos afirmar que a fantasia fantástica representa tanto a realidade quanto qualquer outra categoria de fantasia.

Essa tese parece pouco razoável, em um primeiro momento. Como pode a fantasia fantástica representar a realidade, na medida em que ela desenvolve narrativas mágicas, repletas de seres imaginários, que não existem ontologicamente em lugar nenhum em nosso mundo natural? Em outras palavras, como pode a fantasia fantástica não ser um escape da realidade, já que parece falar de tudo, menos da nossa realidade? Voltemos nossos olhos para o mundo grego antigo, para os princípios das investigações sobre a realidade, para podermos compreender melhor esse problema.

Há mais de 25 séculos, no local onde hoje seria a Turquia, alguns físicos jônicos buscaram compreender melhor o mundo em que vivemos. Ao observar a natureza, o movimento dos corpos celestes, a posição das estrelas, o movimento das marés, as estações do ano, as peculiaridades do clima de diferentes lugares específicos na região do mediterrâneo, eles chegaram à conclusão de que havia uma certa fixidez na ordem das coisas. Ora, um grego daquele período não precisava ser físico, muito menos sábio, para saber que havia ordem no mundo. Fora Zeus que a instaurara! Assim dizia a tradição. Mas, mesmo que tenha sido Zeus quem instaurou a ordem no mundo, os gregos anteriores a esses físicos jônicos não eram capazes de explicar de que modo exatamente essa ordem instaurada por Zeus operava. Em outras palavras, eles não podiam explicar, de um modo mais geral e fundamental, como funcionava o processo de manutenção da ordem no mundo, que proporcionava a geração e corrupção, isto é, qual é a razão para as coisas serem capazes de vir a ser e deixar de ser

Não é difícil imaginar como um cavalo “vem a ser um cavalo”. Basta observar a reprodução animal que a resposta pode ser facilmente formulada. Entretanto, explicar o próprio processo formalmente, ou seja, explicar como, de um modo muito mais geral e fundamental, as coisas vêm a ser e deixam de ser torna-se impossível se recorrermos somente tanto, de um lado, à observação das coisas no mundo quanto, de outro, à tradição oral dos deuses. As coisas estão em constante mudança, em constante movimento: plantas nascem, morrem; animais surgem e, em um momento de escassez, somem durante vários anos. Todavia, há algo que permanece, dado que as plantas parecem sempre nascer novamente, assim como todos os outros seres vivos e fenômenos naturais.

Para resolver esse problema, a investigação precisou, pela primeira vez na história do Ocidente, assumir um caráter cosmológico. Há algo de fixo por detrás de toda essa mudança, há um nexos causal que pode ser deduzido racionalmente da natureza. Esses físicos jônicos formularam uma das teses mais fundamentais à ciência e à investigação sobre a realidade: i) a natureza das coisas, sua “origem”, seu “princípio”, existe de forma necessária às coisas e é o que, de algum modo, permanece por detrás das mudanças e mantém as coisas sendo o que são; ii) é cognoscível, isto é, pode ser conhecida, explicada, classificada, e etc.; iii) ao conhecê-la, não a modificamos. Essa foi a primeira resposta cosmológica que os gregos deram para esse problema e que fundamentou toda a nossa maneira de pensar.

Ao voltar ao exemplo do cavalo, vemos que esses primeiros filósofos, ao tratar dessas questões, não levariam em consideração o cavalo particular, enquanto cavalo, mas sim o cavalo enquanto um ser, enquanto uma coisa que existe, de modo mais geral e abstrato. Em grego antigo, havia várias palavras para designar uma coisa enquanto ser, mas há uma em especial utilizada para designar esse modo geral e abstrato. Este cavalo particular seria *tis íppos* (τις ἵππος), porém o cavalo enquanto ser, mais geral e fundamental, receberia a mesma denominação que todos os outros seres enquanto ser, um *onta* (ὄντα), um “sendo” ou “aquilo que é” — que é o particípio presente do verbo *einai* (εἶναι), “ser”. Todas as coisas que existem, apesar de diferentes, possuem um atributo em comum: a existência. Todas são. A investigação desses filósofos era sobre “aquilo que é”, sobre esse caráter mais fundamental e geral das coisas, o “ser” de todas as coisas: uma investigação sobre os *onta*. Esse tipo de investigação, que questiona os elementos mais gerais e fundamentais das coisas, que investiga o que

se conhece, grosso modo, como “realidade”, ficou conhecido posteriormente como “ontologia”: a investigação sobre os *onta*, sobre as “coisas”, sobre o “ser” das “coisas”, sobre “tudo o que é”, sobre a “realidade”.

Apesar de diferente da explicação mítica, a filosófica ainda continuou a fundamentar sua explicação racional em princípios gerais e últimos que, de certo modo, eram tão “divinos” quanto os das cosmogonias dos deuses: o *nous*, as Formas, os Números, o *Theos*, e etc. A tradição filosófica ocidental, de modo geral, sempre permaneceu com um pé no divino, no mágico, no não evidente. Mesmo assim, as narrativas filosóficas que buscavam explicar a realidade passaram a apresentar razões para a ordem das coisas, o que as difere das explicações anteriores.

As estruturas dos diversos universos fantásticos da fantasia fantástica preservam essa característica das cosmologias. Todo o mundo de um universo fantástico opera por leis universais, instaurando um nexos causal necessário e inalterável. Apesar de existir magia, seres fantásticos e tudo o mais que possa ser sobrenatural, há um mundo persistente por detrás de toda essa magia, com leis, com regras, com princípios e etc. Há regras persistentes que são necessárias e universais ao funcionamento desses mundos. A própria magia opera nesse nexos causal, com racionalidade. Há limites para o alcance da magia nesses mundos e ela funciona como somente mais um elemento na totalidade da ordem das coisas. Deste modo, as fantasias fantásticas instauram uma “realidade”, elas possuem uma “ontologia”. Isso não fica evidente nas narrativas, mas está implícito em todas as histórias fantásticas, dado que elas seguem o princípio de verdade interna, através do qual todas as personagens tomam esta realidade instaurada ontologicamente como pressuposta e, por conseguinte, verdadeira e inquestionável. Assim como os primeiros filósofos desenvolveram uma ontologia da realidade, é possível desenvolver uma espécie de ontologia da fantasia fantástica.

Antes de mais nada, precisamos estar de acordo sobre uma coisa: há diferentes tipos de linguagem, da mesma maneira em que há vários modos de raciocínio e vários tipos de inteligência. Há a linguagem científica, que descreve a realidade através de demonstrações; há a filosófica, que opera através de argumentos; assim como há a artística, a religiosa e etc. Há o raciocínio dedutivo, que opera através de demonstrações; o indutivo, que, grosso modo, faz generalizações, e assim por diante.

Há a inteligência racional, que diz respeito à linguagem científica e, sobretudo, ao raciocínio dedutivo; porém há também a artística, a imaginativa, a criativa, a emocional, e etc. Cada uma e todas essas linguagens, esses raciocínios, essas inteligências, falam, operam e dizem respeito à mesma realidade, contudo por perspectivas diferentes: a científica fala sobre o mundo natural, o mundo físico; a filosófica, sobre o mundo que pode ser pensado; a artística, sobre o mundo que pode ser sentido. No entanto, estamos inseridos em uma sociedade etnocêntrica, que privilegia uma certa cultura e concepção de homem em detrimento das outras. Essa cultura é a europeia. Assim, esse eurocentrismo faz com que os problemas e as perspectivas de mundo decorrentes da história da cultura ocidental europeia sejam eleitos os mais importantes, ou, às vezes, os únicos verdadeiros. Deste modo, a linguagem científica, que é o grande marco do desenvolvimento dessa cultura, torna-se a única linguagem “verdadeira”. Ser inteligente é somente ser mais racional. Assim, sem sermos cientes desses elementos, consideramos a linguagem científica como aquilo que fala sobre o “real”, e todas as outras sobre “o que não é real”. Realidade, em certo sentido, torna-se sinônimo de mundo natural ou “mundo físico”. Tudo aquilo que está para além do “mundo físico” torna-se “não real”, ou “fantástico”, “irracional”.

Entretanto, precisamos analisar com mais cuidado o que está sendo discutido aqui. Será que somente o mundo físico é real? Vamos analisar uma situação. Eu sou um indivíduo real, na medida em que escrevo esse texto. Você, um leitor, também é um indivíduo real, dado que nesse instante está lendo este texto e, talvez, questionando-se sobre a realidade. Se você levantasse de onde está sentado, lendo meu texto, e dirigisse-se para a frente de um espelho, você veria o seu reflexo no espelho. Agora temos outra questão: esse reflexo é real? Ora, se consideramos você, o leitor, como um indivíduo real e verdadeiro, esse reflexo deve, necessariamente, também ser real e verdadeiro, apesar de ser de um modo de ser qualitativamente diferente. Apesar disso, esse reflexo não deixa de ser real e verdadeiro, apesar de não possuir o mesmo estatuto ontológico que você possui, o indivíduo que ele representa.

Do mesmo modo como o reflexo no espelho é real, pensamentos também são reais, experiências subjetivas também são reais. Vemos, portanto, que a realidade é constituída por elementos que vão muito além do mundo físico e do âmbito das ciências naturais. Há elementos que são ontologicamente de um grau distinto do físico, porém isso não os torna irrealis ou não verdadeiros. Os objetos da imaginação

quando expressos por meio da linguagem, os pensamentos, e etc., todas essas coisas de um grau ontológico diferente dos objetos físicos também são parte da realidade.

Assim, a linguagem da fantasia fantástica pode ser caracterizada como uma linguagem capaz de instaurar no mundo natural uma dimensão qualitativamente diferente da dimensão física, com um valor ontológico fundamentalmente distinto, porém tão real quanto o valor desta. A imaginação pode pensar objetos que não fazem parte do mundo físico. Esses objetos, os físicos e os imaginados, são ontologicamente distintos entre si. Entretanto, quando esses objetos da imaginação são escritos, registrados, combinados e construídos na forma de uma fantasia fantástica, transformados em linguagem artística, eles tornam-se reais.

Evidentemente, o conteúdo dos objetos da imaginação não é real *per se*. De outro modo, isso significa que quando imaginamos um hipogrifo, por exemplo, ele não é real por si só, não é real enquanto tão somente existente na imaginação. No entanto, quando ele é expresso por meio da linguagem, na forma de um texto, da fala e etc., ele passa a assumir a existência em outra instância. Podemos analisar sentenças, frases, textos, e etc. Eles possuem estruturas, podem ser classificados, podem ser comunicados, conhecidos e etc. Na medida em que a sofisticação dessa linguagem permita que uma estrutura coerente e coesa apresente o conteúdo dos objetos da imaginação por meio de um texto — no caso, de uma fantasia fantástica —, o substrato de seu conteúdo muda fundamentalmente: ele não será mais dos objetos da imaginação em geral, mas será, especificamente, da imaginação enquanto linguagem artística.

Como linguagem artística, caso eles atendam a certas necessidades, poderemos conhecê-los, classificá-los, compreendê-los, pensá-los, comunicá-los e etc. Epistemologicamente, não há nada que difira os objetos da imaginação em uma fantasia fantástica dos objetos do mundo físico, se eles obedecerem às mesmas regras de unidade, universalidade, identidade, imutabilidade, que são necessidades para sua cognoscibilidade, características do mundo natural, assim como obedecem os objetos físicos. Sua diferença estará em seu modo de ser.

Tomemos como exemplo um universo fantástico *p*. Este universo *p* possui um “mundo físico”, como objeto da imaginação em um texto. Este “mundo físico” possui regras

persistentes. Essas regras podem ser mensuradas, racionalizadas, conhecidas e etc., dado que foram utilizadas para construir, através de uma linguagem artística, um universo fantástico. Há unidade, identidade, imutabilidade e universalidade nessas regras e nesses princípios existentes nesse universo  $p$ . Portanto, o “mundo físico” de  $p$  atende às mesmas necessidades epistemológicas do nosso mundo físico. A única diferença é que  $p$  existe tão somente como objeto da imaginação em linguagem artística, num livro, ou num filme, ou num videogame, e assim por diante. Essa diferença, portanto, é de grau ontológico. Deste modo, poderíamos definir  $p$  e todos os universos fantásticos que atendem a essas necessidades como subprodutos da realidade, pertencendo ao mundo natural, embora como objetos da imaginação na forma de uma linguagem artística, tendo um modo de ser distinto do físico.

Não apenas por seu valor ontológico, mas também pelos problemas que desenvolve e pelo modo que os põe, a fantasia fantástica faz-se tão parte do mundo natural no quanto a fantasia realista. Ela apresenta questões caras à nossa vida em sociedade e à nossa cultura. Dilemas éticos, como a escolha entre salvar um ente querido ou fazer o que é justo para o reino; contradições morais, como levar a efeito uma vida pautada no que é justo para um povo, como anões, porém inserido em um local predominantemente povoado por outro povo, os elfos, que são outro povo; problemas estruturais do nosso modo de vida, como a corrupção causada pela incessante busca por poder; a intolerância, racismo, xenofobia, e etc.; tudo isso possui uma roupagem mágica e fantástica na fantasia, porém fundamentalmente dizem respeito à nossa vida. Fazem parte da realidade.

Fica claro, portanto, que, além de tratar de temas caros ao nosso mundo, estando mais próxima da nossa vida do que seus elementos mágicos fazem-nos supor, partindo desses pressupostos ontológicos podemos defender a tese de que a fantasia fantástica não pode ser considerada um escape da realidade, na medida em que seu conteúdo, por meio de uma linguagem artística, faz parte da realidade assim como o conteúdo de qualquer outra fantasia realista. Faz parte da realidade porque seu conteúdo, como demonstrado anteriormente, consiste em objetos da imaginação na forma de um texto, de um filme, e etc., que são reais assim como os objetos físicos, porém de um grau de realidade diferente do deles.

A fantasia não nos retira da realidade, mas ela nos coloca nela. Ela remete-nos para experienciar, pela perspectiva do Fantástico, os dilemas com os quais lidamos diariamente. Enquanto linguagem artística, ela é um produto humano que, apesar de apresentar o não-humano, representa muito bem nossa humanidade (ou desumanidade). *Homo sum, humani nihil a me alienum puto*: “sou humano, e nada do que é humano me é estranho”. Ler fantasia, escrever fantasia, estar inserido na fantasia é mergulhar no que é genuinamente humano. Eis a magia da humanidade: constantemente reconstruir a realidade, adicionando mais dimensões e mais possibilidades de existência.

Amar a fantasia fantástica não é escapar da realidade, mas é pincelá-la com tonalidades intensas e mágicas, com as quais podemos efetivamente deixar o mundo mais belo. Não é sair do real, mas entrar nele e expandi-lo, desenvolvendo suas nuances mais encantadas. O verdadeiro sentido de escrever fantasia fantástica está na possibilidade de desenvolver uma outra linguagem, para falar da mesma realidade: a das sensações, das emoções, da beleza. Todas genuinamente humanas e reais.